

AS AMBIGÜIDADES DA FALA POLÍTICA

Michel Erman

Universidade de Bourgogne – Dijon.

Abstract: This study investigates political roles of words in different contexts. We try to analyse how language can be used in many fields of knowledge or institutions and produce effects dividing men, seducing, changing realities, erasing meanings, indeterminating senses and creating new realities.

Key-words: Political words performance meanings ambiguities

Resumo: Este estudo investiga os papéis políticos das palavras em diferentes contextos. Buscamos analisar como a linguagem pode ser usada em vários campos do conhecimento ou instituições e produzir efeitos tais como dividir os homens, seduzir, transformar realidades, apagar significados, indeterminar sentidos e criar novas realidades.

Palavras-chave: Palavras políticas ação significados ambiguidades

Esopo via na fala a melhor e a pior das coisas. De fato, a linguagem é uma faculdade humana que serve para comunicar com os outros, tanto para ser reconhecido por eles e convencê-los, quanto para dominá-los e desqualificá-los. Melhor que qualquer outro, o registro do insulto político ilustra esse efeito perlocutório e, muitas vezes, é o bestiário que serve de paradigma para desumanizar o outro. Assim Lênin estigmatizava seus inimigos qualificando-os de insetos deletérios e, durante os "processos de Moscou", o procurador Vichinsky apelidava de "cães" e de "miseráveis pigmeus" os acusados, cuja condenação à morte ele pediria logo a seguir. Do animal deletério ao *homonculus*, não há diferença! Do mesmo modo, em 1938, em Munique, Göring anatematizava os tchecos, "essa miserável raça de pigmeus sem cultura". Antes dos massacres perpetrados na Ruanda em 1994, os hutus chamavam os tutsis de baratas. As palavras podem causar a morte da personalidade antes dos corpos serem assassinados pelos carrascos!

A linguagem constitui um querer dizer mas também um agir, que pode ser medido nos seus efeitos sobre os comportamentos. Nesse sentido, ela mediatiza, organiza e hierarquiza as relações humanas. É precisamente quando, ao ser usado, o verbo torna-se ator e exerce um poder, que a ambivalência da linguagem aparece mais claramente. Basta pensar nos diversos mitos, que fazem da palavra divina sobre a origem do universo, unindo *cosmos* e *logos*, como acontece na Gênese para o mundo judeu-cristão; é também o caso da palavra sedutora – sempre na Gênese, é através da palavra que a serpente seduz Eva; é igualmente verdade no que diz respeito à palavra política, como foi elaborada pelos sofistas gregos, no século V Ac. Segundo eles, o funcionamento da cidade devia basear-se no poder oratório sem, no entanto, procurar necessariamente expressar a verdade nem permitir que fosse tomada a decisão certa, toda verdade sendo considerada relativa. Como dizia Górgias, que, junto com Protágoras, foi o criador do método dialético destinado a levar o interlocutor a se contradizer, "o discurso é um poderoso tirano". Portanto, a palavra pode ser utilitária e desprovida de qualquer alcance ético, servindo para constranger, seduzir, manipular, isto é, para exercer uma violência, a partir de um desejo de dominação.

Existe uma analogia entre o poder do discurso em relação à ordem da alma e a ordem das drogas em relação à natureza dos corpos. Do mesmo modo que algumas drogas evacuam certos humores e outras drogas outros humores, e que umas fazem cessar a doença e outras colocam fim à vida, há discursos que afligem, outros que estimulam os auditores e outros ainda que, com a ajuda maligna de Persuasão, colocam a alma na dependência de sua droga e de sua magia. (Górgias, «Eloge d'Hélène», tr. francesa de J.-L. Poirier em *Les Présocratiques*, 1988, p. 1034) [Tradução nossa]

No entanto, a palavra argumentativa e raciocinada – isto é, a retórica – que apareceu em Atenas junto com a democracia, quando o povo, composto não apenas de oligarcas mas também de artesãos e camponeses, reunido em *ecclesia*, votava as leis ou tomava decisões que engajavam a Cidade, essa palavra construiu-se e consolidou-se contra a violência, após as guerras médicas, que opuseram a Grécia à Pérsia e das quais o povo ateniense saiu vitorioso em Maratona e Salamina. "O uso da argumentação implica que se tenha renunciado a recorrer unicamente à força; que se dê um preço à adesão do interlocutor, obtendo-a através de uma persuasão raciocinada; que esse último não seja mais tratado como um objeto, mas que se apele para a sua liberdade de julgamento.

O recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade de espírito que, enquanto durar, exclui o uso da violência"¹. Mesmo assim, essa palavra, pronunciada na ágora ou diante do tribunal, é ambivalente: ela diz-se pacificadora ao opor o *logos* (isto é, o encadeamento das razões) à violência, mas, no final das contas, ela tem o mesmo papel que a força – no termo "convencer", há que "vencer", e essa vitória é a do orador. Basta reler os diálogos, nos quais Platão coloca Sócrates contra os sofistas, Górgias e Cálicles, para compreender que, nas lides do espírito, a polidez forçada e as falsas cortesias encobrem mal o verdadeiro enfrentamento polêmico (*polemikos* significa "guerreiro"), durante o qual as réplicas ressoam como golpes violentos destinados a destruir o pensamento adverso como se fosse um confronto entre o bem e o mal. De fato, antes de ser diálogo, toda palavra é estratégia. Isto era verdadeiro na Antigüidade e o é ainda hoje. No final das contas, é legítimo perguntar-se se a palavra política constitui realmente uma alternativa clara à violência. Ou se, ao contrário, essa palavra não mantém vínculos ambíguos com essa violência, através do desejo performativo de criar o real. É essa pergunta que pretendemos examinar a partir de enunciados e de discursos políticos que remetem tanto ao universo totalitário quanto ao universo democrático.

Revolucionar a Língua

Os regimes totalitários que o século 20 conheceu ilustram de maneira caricatural a estratégia que acabamos de mencionar, na exata medida em que, além da utilização do terror, necessário à perpetuação de seu poder, esses regimes procuraram outorgar um outro sentido às palavras, em alguns casos, para confortar este poder. Assim, como mostrou o filólogo Victor Klemperer, a ideologia nazista esforçou-se para dar significados positivos a inúmeros termos que, a priori, eram conotados negativamente: termos como "fanatismo" ou "ódio" tornavam-se melhorativos graças a uma inversão de valores². Outro exemplo revelador é a famosa expressão "democracia popular", pleonasma (já que *demos* significa povo) segundo o qual, logicamente, os termos só

¹ Ch. Perelman et L. Olbrechts-Tyteca, *Traité de l'argumentation*, t. 1, Paris, 1958, p. 73. [Tradução nossa]

² Victor Klemperer, *LTI, la langue du troisième Reich. Carnets d'un philologue*, trad. francesa, Paris, 1996.

podem anular-se. Quanto à palavra "democracia", usada isoladamente, ela designa, na maioria das vezes, a atividade do partido único identificado com o Estado e destinado a guiar o povo. O bolchevismo aprendera a lição de Maquiavel, revista por Lênin: na política, as palavras devem enganar, pois a libertação das massas e sua marcha para a História não têm que se embarçar com a verdade! E o que dizer da expressão "liberdade da imprensa", em geral sinônima de "propaganda", se não que se tratava de se esconder atrás dos signos lingüísticos, transformados em fantasmas da realidade, a qual supostamente deviam designar. De resto, na época do Brejnev, havia uma palavra que brilhava pela sua ausência: não se podia, em caso algum, pronunciar a palavra "censura"; só se podia falar em "regulamentação da leitura". Os fantasmas e suas correntes assombravam abertamente os lugares públicos! Tínhamos ali o que se costuma chamar de língua de madeira, um sistema que, ao usar todos os registros eufemísticos, modificava o sentido das palavras de modo arbitrário³. Não se tratava mais de persuadir mas de enganar, instrumentalizando as palavras para obter uma submissão voluntária ou aparente dos indivíduos.

Essa vontade de separar a linguagem do real e esvaziá-la de sua substância para torná-la inteiramente performativa é bem descrita no romance de George Orwell, *1984*, que trata da sociedade totalitária. Em *1984*, identifica-se assim um dado essencial para a realização da Revolução: a criação de uma nova língua, afastada da língua passada, espécie de língua perfeita destinada a controlar os espíritos: a *novilíngua*.

O objetivo da Novilíngua era não apenas fornecer um meio de expressão para as idéias gerais e os hábitos mentais dos devotos ao Ingsoc (que designa o socialismo inglês), como também impossibilitar qualquer outro modo de pensamento. Entendia-se que, quando a Novilíngua fosse adotada de uma vez por todas e a Anticlíngua, esquecida, uma idéia herética – isto é, uma idéia que se afastasse dos princípios do Ingsoc – seria literalmente impensável, ao menos na medida em que o pensamento depende das palavras. O vocabulário da Novilíngua era construído de modo tal que pudesse fornecer uma expressão exata, e, não raro, muito nuançada, das idéias que um membro do Partido, precisamente, podia querer comunicar. (George Orwell, *1984*, trad. fr., Gallimard, 1977, p. 360) [Tradução nossa]

Nesse universo, a palavra toma a forma de uma fraseologia que procura construir as opiniões a partir de um sistema lexical congelado, excluindo qualquer dizer discordante. As palavras não devem mais simbolizar o real, mas apenas designá-lo. A fala transforma-se assim numa técnica sem qualquer intencionalidade. Uma língua é um exterior, um código – um sistema morfo-sintático e lexical estruturado, no essencial – que os falantes devem dominar, mas seu uso depende de um interior, já que as operações enunciativas dos indivíduos inscrevem sua subjetividade e, portanto, sua visão de mundo, nos atos de fala. A língua de madeira, assim como a novilíngua, não permitem mais que o sujeito tenha uma verdadeira iniciativa sobre aquilo que ele diz e, portanto, não permitem que ele seja ele mesmo. A preeminência do convencional sobre o subjetivo faz com que a língua apague o pensamento.

Contudo, as sociedades democráticas não são isentas de medidas coercitivas dirigidas contra a liberdade de fala. Na realidade, em todos os tempos, a norma social procurou regular as trocas verbais, de modo a refrear a violência, facilitar as relações humanas e unificar o espaço público, marcando igualmente a soberania do Estado. O romance do dinamarquês Henrik Stangerup, *L'Homme qui voulait être coupable* [O homem que queria ser culpado], no qual o filósofo Fernando Savater se baseia para

³ A esse respeito, ver os trabalhos de Patrick Sériot, em particular, *Analyse du discours politique soviétique* [Análise do discurso político soviético], Paris: Institut d'études slaves, 1985 e os *Cahiers de l'ILSL*, n° 17, Lausanne, 2004, que tratam do discurso sobre a língua sob os poderes autoritários [« Le discours sur la langue sous les pouvoirs autoritaires »] (P. Sériot dir.).

elaborar uma antropologia da liberdade na atualidade, constitui um bom exemplo desse fenômeno⁴. O herói, Torben, vive num mundo onde reina o controle social sobre muitas atividades de ordem privada, como é o caso da procriação, submetida à obtenção de um atestado de aptidão. O cargo que ele ocupa nos interessa particularmente, na medida em que ele trabalha numa administração, cuja função é eufemizar a língua (assim, por exemplo, os "impostos" transformam-se em "contribuições voluntárias"), de modo a orientar socialmente os discursos. Torben acaba revoltando-se contra o sistema e sua ordem, isto é, contra toda a coletividade; ele será internado e seu atestado de aptidão à paternidade lhe será retirado. Essa fábula, apesar de utópica, não está tão longe de certas realidades de controle social com objetivos paternalistas, assim como existem nas sociedades democráticas. É interessante notar igualmente que o código atual do politicamente correto obriga a usar muitos eufemismos, sob pena de perseguições, sobretudo quando está em jogo a identidade social dos indivíduos: não se deve mais falar em "porteiro", mas em "guarda de edifícios"; em "cego", mas em "deficiente visual", etc. A democracia, ofuscada pela questão da igualdade de condições – o que implica que os homens devam fazer o possível para se juntar, de modo a melhorar sua inserção no espaço social –, procura criar um pensamento ortodoxo e consensual, sem no entanto o reconhecer abertamente. Nesse desígnio, o que é preciso reeducar não são mais os indivíduos, mas as palavras.

A confecção de uma língua nova é "o instrumento mais poderoso do poder, seu vocabulário especial dá-lhe o valor de uma língua litúrgica, seu uso pelo povo é a marca imediatamente visível da servidão"⁵. A esse propósito, o exemplo da Revolução Francesa é realmente eloqüente. Na época do Terror, o poder quis "revolucionar a língua" e impor o monolingüismo, isto é, impor o uso de uma entidade mental e social. É importante lembrar que, no final do século 18, metade da população rural falava, em geral, os dialetos, sendo o francês a língua das cidades e da administração, das ciências, das artes e da política. Em 27 de janeiro de 1794, diante da Convenção, Barère, membro do Comitê de Salvação Pública, declarava: "Cidadãos, num povo livre, a língua de um povo livre deve ser uma e a mesma para todos". Vale lembrar que, pouco tempo antes, o mesmo Comitê tinha enviado para o Oeste as colunas infernais do general Turreau para destruir a Vendéia e *aniquilar* os vendeianos, segundo os próprios termos de Barère... O abade Grégoire utilizaria a mesma noção de destruição em seu famoso relatório de junho de 1794 "sobre a necessidade e os meios de *aniquilar* os dialetos e universalizar o uso da língua francesa"⁶. Um decreto nesse sentido foi votado, mas, em setembro do mesmo ano, Termidor suspendeu sua execução. No entanto, um século mais tarde, a escola republicana encarregaria-se de impor o monolingüismo pela força. Tudo está dito quando, em seu *Tableau de la France*, Michelet escreve: "A história começa com a língua francesa". A ideologia venceu o real, o mito venceu a história.

A Questão da Legibilidade

O que dizer dessas estratégias no discurso político contemporâneo? Intencionalmente, deixarei de lado tudo aquilo que diz respeito ao monólogo expositivo, segundo a expressão de Erwin Goffman⁷, isto é, aos discursos eleitorais ou aos diversos enunciados deste tipo, para examinar o caso de um texto que constitui uma totalidade

⁴ Fernando Savater, *Chosir la liberté*, trad. francesa, Paris, 2005 (título original : *El valor de elegir*, Barcelona, Editorial Ariel, 2003)

⁵ Alain Besançon, *Le malheur du siècle*, Paris, « Tempus », 2005, p. 68. [Tradução nossa]

⁶ Citado por Pierre Encrevé, « La Langue de la République », *Pouvoirs*, n° 100, 2002, p. 128-129.

⁷ Erwin Goffman, *Façons de parler*, trad. francesa, Paris, 1987, p. 147.

problemática, diz respeito a uma coerência lingüística muito particular e põe um certo número de problemas socio-pragmáticos. Trata-se do "Tratado que estabelece uma constituição para a Europa" que franceses e holandeses rejeitaram na ocasião dos referendos da primavera de 2005.

Assim que foi publicado, o texto foi objeto de comentários políticos que sublinhavam o caráter abstrato, até mesmo impreciso, dos seus enunciados, para quem não estivesse familiarizado com a linguagem jurídica ou diplomática. Pelo fato desse tratado ser o resultado de compromissos diversos entre convencionais representando Estados da União Européia, com tradições jurídicas e interesses políticos distintos, era difícil identificar nele o que Oswald Ducrot chama de o "locutor-L"⁸, isto é, o enunciador, aquele que, no enunciado, *mostra*, ao oposto do "locutor-lambda", isto é, aquele que *diz*: no fundo, nesse texto, nenhum "eu" estava posto na origem do discurso. Desse modo, não podendo basear-se inteiramente no estatuto locutório do texto, nem em estereótipos claros, o leitor-cidadão tinha que, sozinho, conceber e elaborar os significados e os efeitos políticos dos enunciados.

Este defeito de legibilidade devia-se igualmente a fenômenos de ambigüidade que suscitavam, naturalmente, interpretações contraditórias. A primeira, fundamental, era de ordem genérica. De fato, o tratado era composto de dois grandes conjuntos e apenas o segundo, relativo à repartição dos poderes institucionais, que propunha uma Carta dos direitos fundamentais, previa uma ratificação por referendo. Tratava-se, mais, portanto, de uma convenção inter-governamental, que retomava os tratados anteriores e parecia reforçar a União Européia, do que de uma constituição – um texto constitucional tem como objeto fixar uma ordem fundamental e que deve constituir uma continuidade discursiva. Por outro lado, o texto continha numerosas ambigüidades lexicais. No Preâmbulo, o artigo I-2 apresentava os valores que determinavam o pertencimento à União: "dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito, direitos do homem".

Para ser compreendida de maneira lógica, os termos desta enumeração tinham que ser considerados enquanto noções, com propriedades relacionadas a princípios políticos e jurídicos que se sobrepusessem uns aos outros e não como conceitos que remetessem a doutrinas independentes umas das outras. Assim, "dignidade" assumia o sentido de respeito da integridade física e moral das pessoas e não o de propriedade espiritual característica do ser humano; "democracia" aludia ao funcionamento das instituições mais do que à própria doutrina política. Outro exemplo é o sintagma "concorrência livre e não falseada", do artigo I-3, não raro interpretado pelos opositores ao tratado como um pleonasma que, ao interditar ajudas e subvenções estatais a certas atividades, acaba consagrando o poderio do mercado. De fato, o segundo adjetivo tinha *também* um valor próprio: tendia a coibir concentrações industriais que poderiam levar a posições dominantes ou a situações de monopólio, permitindo assim que a concorrência fosse regulada. Enfim, muitos enunciados determinados pelo verbo modal "poder" implicavam uma execução política incerta: quando o verbo "poder" concedia uma atribuição política própria⁹, tratava-se de uma capacidade real ou de uma simples eventualidade? Interrogações como essa surgiam na leitura dos artigos do tratado, onde era abordado o papel dos parlamentos nacionais. É preciso acrescentar ainda que o campo semântico do poder (competência, decisões...) era utilizado, e de modo

8 O. Ducrot, *Le dire et le dit*, Paris, 1984.

⁹ É verdade que, muitas vezes, nas constituições dos Estados, o verbo "poder" dá atribuições próprias. Isto é, ninguém além da autoridade dotada desse poder tem a possibilidade de exercer as competências em questão. Por exemplo, na Constituição francesa, somente o Presidente *pode* dissolver a Assembléia nacional.

inequívoco, nos artigos dedicados à Corte de justiça europeia. Portanto, alguns leitores-cidadãos podem ter tido o receio de que, na União Europeia do futuro, o político fosse dotado de capacidades e o jurisdicional de poderes...

A recusa dos franceses e holandeses de ratificar o tratado atesta que, para suscitar a adesão, uma constituição democrática deve ter o estatuto de uma palavra informativa clara e dividida. Todas as ambigüidades discursivas do tratado apoiavam-se, ao mesmo tempo, em referentes jurídico-administrativos complexos e no uso de termos abstratos que, no caso, velavam o pensamento, como disse Tocqueville na obra *De la démocratie en Amérique [Da democracia na América]*: no fundo, esses termos podiam ser compreendidos como eufemismos. Ao seu modo, o "Tratado que estabelece uma constituição para a Europa" violava o princípio de pertinência, devido à ausência de competências linguageiras e de intenções comuns entre locutores e leitores. Em razão desse defeito de interação verbal, os cidadãos tiveram o sentimento que este texto descia da Acrópole de Bruxelas, em vez de tomar forma na Ágora europeia. Não podemos esquecer que foi precisamente para criar um espaço do político distinto do dos rituais e das crenças que a Grécia inventou a retórica, isto é, a deliberação democrática.

Tradução: Florence Carboni

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESANÇON, Alan. *La malheur du siècle*. Paris, Ed. Perrin, Coll. *Tempus*, 2005.
DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris, Ed. De Minuit, 1984.
ENCREVÉ, Pierre. *La langue de la république*. *Pouvoirs*, nº 100, 2002.
GOFFMAN, Erwin. *Façons de parler*. Paris, Ed. De Minuit, 1987.
GORGIAS. Eloge d'Hélène. *Les Pré-socratiques*. Paris., Ed. Gallimard/Pleiade, 1988.
KLEMPERER, Victor. *LT1, la langue du troisième reich*. *Carnets d'un philologue*. Paris, 1996.
ORWEL, George. *1984*. Paris, Ed. Gallimard, 1977.
SAVATER, Fernando. *Choisir la liberté*. Paris, Ed. Calmann-Levy, 2005.
SÉRIOT, Patrick. *Analyse du discours politique soviétique*. *Cahiers de l'ILSL*, nº17, Lausanne, Université de Lausanne, 2004.